

PERCEBENDO O DESENVOLVIMENTO RURAL ATRAVÉS DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: O MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA/RS¹

*Daniela Dias Kühn²
Paulo Dabdab Waqui³*

Resumo

Este trabalho analisa um instrumento que pode ser utilizado para a promoção do processo de desenvolvimento rural: o microcrédito. O microcrédito é caracterizado aqui como uma pequena quantidade de recursos monetários com acesso desburocratizado. Para analisá-lo com um instrumento de desenvolvimento, foi utilizada a abordagem seniana das capacitações. Esta pesquisa analisa três tipos de microcrédito oferecidos à agricultura familiar no município de Constantina/RS: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C (Pronaf C); o microcrédito operacionalizado no Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Microsol, microcrédito operacionalizado no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Além disso, o Pronaf será analisado associado a recursos do programa estatal de alívio a pobreza, o RS Rural.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; abordagem das capacitações; microcrédito.

Abstract

UNDERSTANDING RURAL DEVELOPMENT THROUGH THE CAPABILITY APPROACH: MICRO CREDIT IN CONSTANTINA/RS/BRAZIL - This study

¹ Artigo baseado na dissertação da autora, orientada pelo autor, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS em dezembro de 2003. Trabalho submetido para apresentação no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá/2004..

² Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: Daniela.kuhn@vortex.ufrgs.br.

³ Professor do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

analyzes an instrument that can be used for promotion of the process of rural development: micro credit. Micro credit is characterized here, as a small amount of monetary resources with a non bureaucratic access. To analyze it as an instrument of development, Sen's Capability Approach was used. This research analyzes three types of micro credit offered to family agriculture in the municipal district of Constantina/RS: the National Program for the Strengthening of Family Agriculture type C (Pronaf C); the micro credit implemented through the System of Cooperative Credit (SICREDI) and Microsol, micro credit implemented through the System of Cooperatives of Rural Credit with Solidary Interaction (Cresol System). Moreover, Pronaf is analyzed associated to the resources of the state program for poverty alleviation, RS-Rural.

Keywords: rural development; sen's capability approach; micro credit.

INTRODUÇÃO

Ainda que essa idéia já pareça estar superada, durante muito tempo os esforços analíticos para a percepção de processos de desenvolvimento estiveram estritamente associados à análise de processos de crescimento econômico e, em especial na análise da atividade agropecuária, ao aumento de produtividade dos fatores de produção. A dissociação entre índices de crescimento e de variáveis econômicas em relação a diversos índices sociais (por exemplo, o maior produto interno bruto do planeta e uma baixa longevidade dos homens negros nos Estados Unidos da América⁴) evidenciou a necessidade de analisar o desenvolvimento como um processo mais amplo que leve em consideração noções de liberdade e distribuição.

No espaço deste breve artigo, o interesse principal é discutir, além de uma noção mais abrangente sobre os processos de desenvolvimento rural, a utilização do microcrédito como um instrumento na promoção do desenvolvimento entre os agricultores familiares em Constantina/RS. Neste sentido, além da seção dedicada às considerações finais, o artigo está dividido em três partes distintas. A princípio, é feita uma discussão sobre a noção de desenvolvimento e de microcrédito utilizada neste trabalho. A segunda seção apresenta a teoria seniana das capacitações, bem como a sugestão de operacionalização realizada nesta pesquisa. Por fim, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação do método de pesquisa para o instrumento de desenvolvimento analisado em Constantina/RS.

Bastante distante da tentativa de esgotar a discussão, tanto sobre desenvolvimento rural como sobre a abordagem das capacitações, o trabalho procura instigar alunos e pesquisadores a refletir sobre o desenvolvimento e estimular novos "olhares" sobre processos de desenvolvimento e sobre a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

⁴ Quem chama a atenção para essas incoerências é Sen (2000).

1 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E O MICROCRÉDITO

A noção de desenvolvimento foi, por muitos autores, associada à concepção de crescimento econômico. Deveu-se essa relação a um momento histórico específico, especialmente da sociedade norte-americana (a crise de 1929), em que foi possível perceber a significativa influência do crescimento econômico, que levou a uma redução da taxa de desemprego, a um aumento da qualidade de vida das pessoas. Ainda hoje, certamente, não se pode negar a influência do crescimento econômico no processo de desenvolvimento em países que possuem potencialidade de crescimento e altas taxas de desemprego. Entretanto, isso não significa limitar o processo de desenvolvimento a esse fator. O processo de desenvolvimento pode incluir o crescimento econômico, mas não se restringir a ele. Não é mais consenso a noção de que o crescimento leva "naturalmente" ao desenvolvimento. Yunus nos alerta que:

É nesse ponto que crescimento e desenvolvimento se separam. Aqueles que consideram que essas duas palavras são sinônimas ou estão intrinsecamente ligadas acham que as camadas sociais se atrelam umas às outras como os vagões de um trem de ferro. Tudo que é necessário é a locomotiva se mover, assim todos os vagões a seguem na mesma velocidade. Nem de longe é esse o caso. Além de as diferentes camadas não progredirem na mesma velocidade, se não formos cuidadosos elas não tomarão a mesma direção (2000; p. 266).

Na tentativa de identificar processos de desenvolvimento de uma maneira mais ampla, Amartya Sen desenvolveu a abordagem das capacitações. Desse modo, é possível perceber o desenvolvimento como um processo que aumenta a qualidade de vida dos agentes e a satisfação deste agente com sua própria condição de existência.

O autor é um economista indiano que, por sua contribuição na teoria do bem-estar, ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998. Sua obra tem influenciado de forma definitiva as análises e programas desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas e pelo Banco Mundial. Criador do Índice de Desenvolvimento Humano, Sen tem, em alguns momentos de seus escritos, identificado a necessária insuficiência das informações para a tomada de decisão em relação a políticas públicas.

O arcabouço teórico desenvolvido pelo autor procura fugir de algumas simplificações importantes que permeiam a teoria econômica. Em sua análise sobre a teoria econômica, Sen discute a idéia de que não há provas capazes de confirmar que a racionalidade do comportamento humano e a maximização do auto-interesse são os modelos mais bem instrumentalizados para refletir o comportamento humano e que podem não conduzir necessariamente a condições econômicas "ótimas".

Na construção dessas críticas, o autor redescobre as duas principais vertentes, em termos de concepção das idéias, que originaram a economia: a ética - em especial a concepção da ética política - e a engenharia. Sen identifica em Aristóteles a vertente ética e indica a necessidade do resgate em relação à essa origem da ciência econômica. O pensador grego em uma de suas obras evidencia a necessidade de dar mais valor a vida em si do que às riquezas que podem ser obtidas.

A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa (*Política*, tradução inglesa de Barker, 1958 *apud* SEN, 1999, p.19).

A origem da ciência econômica que remonta à engenharia procura abordar a percepção de questões primordialmente logísticas, baseadas normalmente em motivos simples e de fácil caracterização. Atentando aos manuais disponíveis hoje para estudantes de Ciências Econômicas, não é difícil perceber a predominância desta vertente na teoria econômica atual. A formalização matemática desta vertente e seus pressupostos claramente identificáveis, ainda que muitas vezes acusados de não realistas, predominaram historicamente na tentativa de solução dos problemas econômicos. O, de fato, engenheiro Walras e Petty, pioneiros da economia numérica, conseguiram quase que levar ao extremo as identidades matemáticas na tentativa de previsão para os fatos econômicos.

O aperfeiçoamento das técnicas estatísticas está intimamente ligado a este processo de predominância da vertente da engenharia sobre a vertente ética da ciência econômica. Entretanto, convém salientar que mesmo sendo extremamente abstratas e caracterizando as instituições sociais de forma muito simples, teorias derivadas desta abordagem contribuíram para o entendimento de algumas interações sociais (por exemplo, a teoria do equilíbrio geral, que ilustra os princípios da demanda e da oferta) (SEN, 1999). Segundo o próprio Sen,

o objetivo aqui não é apenas ressaltar que modelos teóricos muito abstratos podem, não obstante, ter uma importância prática considerável - fato esse que deve ser bastante óbvio. Também se pretende enfatizar que mesmo a caracterização singularmente estreita da motivação humana, abstendo-se de considerações éticas, pode, ainda assim, ser útil para a compreensão da natureza de muitas relações sociais de importância na economia. Portanto, não estou afirmando que a abordagem não ética da economia tem de ser improdutivo. Mas gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. Não é meu intuito descartar o que foi ou está sendo alcançado, e sim, inquestionavelmente, exigir mais (SEN, 1999, p.25).

Ou seja, é preciso ir além da engenharia, e aperfeiçoar a forma de concepção do

mundo que até, então, vem sendo utilizada como modelo nas teorias econômicas. Neste sentido, a discussão recorrente na obra seniana entre fins e meios parece ter origem no próprio descompasso entre as duas vertentes teóricas que originaram a Ciência Econômica. A influência da vertente da engenharia, em certo sentido, aderente às análises e estudos de crescimento econômico e de transformações produtivas, julgou a humanidade como um meio para a obtenção de riquezas. Se considerarmos a vertente ética, podemos dizer que a engenharia, como vertente da ciência econômica, transformou o fim, o bem da humanidade, em um meio de enriquecimento.

Ao criticar o pressuposto de comportamento racional dos atores sociais, Sen indica que é preciso encontrar comportamentos mais flexíveis, pois "está bem claro que todos nós de fato cometemos erros, com frequência experimentamos, nos confundimos e assim por diante" (SEN, 1999; p.27). Outro problema apresentado pelo autor é que a racionalidade teórica está alicerçada sobre outro pressuposto: o de maximização do auto-interesse. A idéia de que o auto-interesse é o único motivo racional da ação humana acaba por rejeitar o papel da ética na real tomada de decisão, além de descartar uma pluralidade de motivações existentes na sociedade cotidiana⁵. O sucesso obtido, em certa medida, por esses pressupostos baseia-se muito mais em exercícios teóricos do que na verificação empírica. Pode-se constatar que o auto-interesse não é o único motivador da ação humana. Atos de desumanidade podem não se realizar mesmo que possam ser consideradas situações teóricas de "ótimos" econômicos.

O próprio Sen nos indica a necessidade de uma reaproximação da vertente ética da economia, enfatizando a dificuldade deste exercício:

"procurei mostrar que a economia do bem-estar pode ser substancialmente enriquecida atentando-se mais para a ética, e que o estudo da ética também pode beneficiar-se de um contato mais estreito com a economia. Também demonstrei que pode ser vantajoso até mesmo para a economia preditiva e descritiva abrir mais espaço para considerações da economia do bem-estar na determinação do comportamento. Não tentei provar que qualquer um desses exercícios seria particularmente fácil. Eles encerram ambigüidades profundamente arraigadas, e muitos dos problemas são inerentemente complexos. Mas o argumento em favor de aproximar mais a economia da ética não depende da facilidade em consegui-lo. Fundamenta-se, antes, nas recompensas advindas do exercício. Procurei mostrar que as recompensas possivelmente serão imensas" (1999, p. 105 e 106).

⁵ Além disso, Sen indica, através de uma ilustração, os impasses teóricos da percepção racional baseada unicamente na maximização do auto-interesse: "Por exemplo, o asno de Buridano, que morreu de fome porque não conseguiu decidir qual dos dois montes de feno à sua frente era superior, poderia ter escolhido racionalmente qualquer um dos dois montes, uma vez que tinha boas razões para escolher *qualquer um* em vez de morrer de fome. Mas ele não tinha razão para escolher um monte *em vez* do outro, e escolher qualquer um deles teria sido, portanto, apenas parcialmente justificado. As decisões públicas racionais precisam conformar-se com essas escolhas parcialmente justificadas" (1999; p.83) (grifos de Sen).

Sendo assim, contestando muitos dos alicerces da teoria econômica ainda hegemônica no meio acadêmico, Sen propõe a noção de desenvolvimento a partir da percepção das liberdades constitutivas para a expansão das capacidades dos agentes sociais em relação aos aspectos que os próprios agentes têm razão para valorizar.

Um dos aspectos cruciais da teoria seniana e que tenta superar a racionalidade do comportamento maximizador é o desenvolvimento da noção de “agência humana” [*human agency*]. A condição de possibilidade para a realização da “agência” é um valor indispensável para o conhecimento dos processos de desenvolvimento. A “agência” evidencia a possibilidade de atuação do agente para a melhoria da qualidade de vida que ele tem razão para valorizar. É através da “agência” que o agente social tem possibilidade de conhecer e valorizar as opções em relação à vida que gostaria de levar, bem como identificar meios de “conseguir” essa opção de vida.

Percebe-se assim, a importância da noção da participação para a construção do processo de desenvolvimento na teoria seniana. As opções valorizadas pelos agentes podem ou não ser realizadas por eles. Uma pessoa pode, por exemplo, valorizar a independência de seu país ou a extinção da fome de determinada região. Desta forma, alcançados esses objetivos ela elevaria seu grau de satisfação e, portanto sua avaliação em relação à sua própria vida o que poderia não alterar suas condições materiais de renda e sobrevivência. Além disso, essa pessoa pode ter participado efetivamente nesse processo, ou seja, pode ter efetivamente realizado a sua condição de agente, ou pode simplesmente ter assistido à realização do objetivo por outras pessoas. Mesmo que nos dois casos, o objetivo de melhoria na condição de vida tenha sido alcançado, aquela pessoa que realizou sua condição de agente tende a ter um sentido diferente de valorização daquele ato, que a faz mais satisfeita com a própria vida.

Muito da crítica feita à teoria seniana de análise do processo de desenvolvimento indica que não é possível perceber o desenvolvimento a partir dos desejos e daquilo que as pessoas valorizam, visto que há uma diversidade sócio-cultural bastante grande. Entretanto, mesmo sem indicar nessa obra a solução para o dilema de “avaliar” aquilo que é valorizado, o próprio Sen (1999) alerta que:

“... atribuir importância ao aspecto da condição de agente de cada pessoa não implica aceitar tudo o que a pessoa preza como sendo valioso incondicionalmente e tão intensamente quanto isso é valorizado pela pessoa. Respeitar o aspecto da condição de agente indica a adequação de ir além do bem-estar da pessoa, chegando a suas valorações, comprometimentos etc., mas a necessidade de avaliar essas valorações, comprometimentos etc. não é eliminada pela mera aceitação dessa adequação. Pode-se dar importância à condição de agente (não só instrumentalmente para a busca do bem-estar, mas também intrinsecamente), mas isso ainda deixa em aberto a questão de como a condição de agente deve ser avaliada e aquilata (p. 58).

A importância da “agência” na teoria seniana de desenvolvimento é percebida a partir da própria noção de desenvolvimento que o autor utiliza na sua teoria: “desenvolvimento é a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10). A liberdade de escolha para o exercício da “agência” é o aspecto central do desenvolvimento seniano.

Nesse sentido, percebe-se uma concepção de desenvolvimento baseada na forma de vida que a pessoa tem e se ela teve ou não opção de levar a vida que leva. Para além de informações objetivas, Sen indica a necessidade de perceber a avaliação que o agente tem de sua própria condição. É preciso identificar se a pessoa valoriza sua vida e as opções que tem (ou ainda, se valoriza as opções que não pode ter ou se desconhece as opções disponíveis a outras pessoas). Diversos tipos de privações, encontradas tanto nos países ricos como nos países pobres, passam agora a incorporar uma noção de desenvolvimento que vai além da percepção da renda monetária. É preciso perceber se, além das condições materiais de vida, as pessoas têm acesso a oportunidades que permitem que elas possam melhorar sua qualidade de vida.

A partir do conjunto de oportunidades, que incluem o acesso a bens e serviços, seria possível analisar o processo de desenvolvimento nos ambientes sociais. Ou seja, quanto maior a extensão dessas oportunidades, maior a liberdade da pessoa realizar sua “agência” e então melhorar sua qualidade de vida, de acordo com os aspectos valorizados.

Na tentativa de analisar esses processos, o autor indica a ideia de que é possível avaliar a liberdade das pessoas através da realização de funcionamentos [*functionings*]. A noção de funcionamento é a “mais primitiva” dentro da abordagem da capacitações (SEN, 2001, p. 236). A partir dela são elaborados os demais conceitos dessa abordagem teórica. Os funcionamentos referem-se a estados de existência [*beings*] ou a atividades [*doings*] que podem ser realizados pelos agentes.

As capacitações, através da realização ou não dos funcionamentos, “refletem as liberdades substantivas. É o termo seniano que abrange ‘oportunidade’” (SEN, 2001, p.234). A realização dos funcionamentos pela pessoa indica sua capacitação [*a person's capability*]. “A capacidade de uma pessoa para realizar um funcionamento que ela tem razão de valorizar fornece a abordagem geral à avaliação dos ordenamentos sociais, e isto produz uma maneira singular de ver avaliação da igualdade e da desigualdade” (SEN, 2001, p. 34). Quando se trata de analisar desigualdades e processos diferenciados, o problema essencial no plano teórico é identificar um núcleo básico de necessidades comuns que podem ser vistas como funcionamentos.

A discussão sobre igualdade e desigualdade em Sen, indica que são as capacitações que devem ser igualadas. Dessa forma, as pessoas devem ter a liberdade de escolha entre

pacotes alternativos de funcionamentos⁶. As capacitações são poderes, possibilidades para fazer ou deixar de fazer. Através da capacitação de uma pessoa ela tem mais ou menos condições para buscar seus objetivos.

Surge, entretanto, um problema de difícil solução para a comparação das capacitações de uma maneira geral, devido à heterogeneidade do ser humano. Ou seja, as capacitações estão certamente ligadas a características que nem sempre podem ser comparadas (por exemplo, a capacitação para falar em público com desenvoltura).

Sendo assim, Sen (2001) indica que:

Nos termos da posição delineada e defendida neste trabalho, um modo mais adequado de apreciar a igualdade 'real' de oportunidades deve ser por intermédio da igualdade de capacitações (ou de eliminação das desigualdades claras nas capacitações, pois as comparações de capacitações são caracteristicamente incompletas) (p. 37).

É através dessas duas concepções teóricas fundamentais – funcionamentos e capacitações - que a abordagem seniana procura identificar e perceber o processo de desenvolvimento. Esse arcabouço teórico pretende ter “vínculos estreitos” com a avaliação da pobreza (SEN, 2001). Ela é encarada então como a privação de alguma satisfação mínima de capacitações elementares e é percebida como composta por aspectos relativos e absolutos. Tanto em países ricos como em países pobres é possível perceber a natureza da pobreza através dessa abordagem⁷.

Para a operacionalização e a possível comparação, é preciso identificar um núcleo básico de funcionamentos que está relacionado à escolha de uma variável focal. A variável focal “é aquela que a análise focaliza ao comparar pessoas diferentes” (SEN, 2001, p. 30). Ela pode, é claro, apresentar pluralidade interna. Ou seja, ela apresenta as características que diferenciam os agentes e permitem a comparação. As análises de uma mesma situação podem ter escalas diferentes quando avaliadas por diferentes variáveis focais.

⁶ “... a liberdade de uma pessoa pode ser considerada valiosa em adição às realizações dela mesma. As opções e oportunidades de um indivíduo podem ser julgadas importantes em uma avaliação normativa em adição àquilo que ele acaba realizando ou assegurando. A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado. Se, por exemplo, todas as alternativas além daquela verdadeiramente escolhida fossem eliminadas, isso não afetaria a realização (uma vez que a alternativa escolhida ainda pode ser escolhida), mas a pessoa claramente tem menos liberdade e isso pode ser considerado uma perda de certa importância” (SEN, 1999, p. 76).

⁷ “A persistência da pobreza em países que são afluentes [EUA e alguns da Europa] é um fenômeno intrigante que começa a ganhar cuidadosa atenção nos debates contemporâneos. A compreensão e atenuação deste problema podem ser ambas ajudadas pela consideração explícita da relação entre as privações em diferentes espaços. Especialmente entre rendas e a capacidade para levar vidas seguras e recompensadoras” (SEN, 2001, p. 39).

Esta proposta de análise valoriza a diversidade de vivência em sociedade. Questões relacionadas a gênero, por exemplo, devem ser salientadas, pois segundo o autor,

“em muitas sociedades, as relações familiares tradicionais têm exigido sacrifícios assimétricos de alguns membros da família, como por exemplo das mulheres. A sobrevivência dessas tradições freqüentemente foi favorecida pela aceitação de um tipo específico de ‘ética’ no qual desigualdades gritantes no modo de vida podem não parecer inaceitáveis e, às vezes, podem não ser efetivamente reconhecidas e expostas a avaliação e aceitação. A questão da percepção é crucial para a compreensão das desigualdades entre os sexos nas sociedades tradicionais, e um desafio ético às moralidades tradicionais requer argumentos cognitivos (SEN, 1999, p. 36).

Utilizando a noção de funcionamentos é possível perceber uma multiplicidade de fatores que podem ser considerados eticamente valiosos. Dessa forma, o entendimento em relação à situação vivida efetivamente ultrapassa bastante a limitação representada pela análise de faixas de renda e de consumo. Considerar a “agência humana” significa perceber a satisfação dos agentes em relação à vida que levam e às possibilidades de mudança de determinadas situações. É preciso ter em mente que esse tipo de análise seria “embaraçosa” à metodologia até então utilizada que procura desesperadamente a homogeneidade descritiva como valor indispensável (SEN, 1999).

A análise da liberdade e da possibilidade de realização dos funcionamentos de um conjunto de pessoas não deve, nem pode, ser relacionada à busca pela homogeneidade. Mesmo que a análise gere relações incompletas em algumas situações, ela sempre tenderá a refletir a heterogeneidade das conformações sociais individuais. Segundo o próprio Sen (1999):

Essa abordagem não requer uma ordenação *completa* em cada caso, e permite a ‘incompletude’ [*incompleteness*] na ordem parcial que resulta da avaliação plural. Quando há congruência das diferentes partes da avaliação plural, um *ranking* global pode ser obtido com base no ‘raciocínio da dominância’, ou seja, ‘x é melhor do que y em todos os aspectos’. A ordenação parcial que se obtém em última análise *incluיר* a relação de dominância mas pode, obviamente, ir muito além (p.82).

A incompletude da análise desta abordagem teórica tem influenciado de forma acentuada o debate atual sobre as medidas de política social. As necessidades políticas exigem a realização efetiva ainda que todas as informações não estejam organizadas e analisadas de forma racional dentro da condição *coeteris paribus* (ou, por outro lado que nada seja feito até que tudo esteja “organizado” – o destino de quem depende dessas ações poderia, então, ser o mesmo do asno de Buridano). Esse tipo de percepção permite que as decisões públicas possam ser justificadas parcialmente, com percepções mais próximas da realidade social.

Ainda que possa representar uma nova forma de analisar os processos de desenvolvimento e possibilitar algum tipo de comparação entre esses processos, a abordagem seniana das capacitações enfrenta diversas críticas. Sen é acusado de calar aqueles que poderiam ser considerados “alienados” (no sentido marxista dessa percepção) em relação à forma de vida que levam e de não conseguir adaptar seu próprio arcabouço teórico à realidade globalizada do mundo atual⁸. Mesmo entre aqueles autores que acreditam nesta abordagem como um instrumento de interpretação do desenvolvimento, ainda há dúvidas em relação ao esclarecimento de diversos conceitos⁹.

O exercício realizado durante esta pesquisa procurou identificar, através da abordagem das capacitações, o microcrédito como um instrumento de desenvolvimento para as famílias de produtores rurais em Constantina/RS. Durante muito tempo excluídos do acesso ao crédito formal, os agricultores familiares têm no microcrédito a oportunidade de acessar a recursos monetários e, em alguns casos, a serviços financeiros.

A definição de microcrédito neste trabalho é o de acesso a um volume relativamente pequeno de recursos monetários (em relação ao crédito formal¹⁰) de forma desburocratizada. O acesso aos recursos fornecidos através do microcrédito pode ser capaz de permitir a realização de novos funcionamentos, suprimindo fatores que poderiam representar um limite para a expansão das capacitações, ou seja, o fator de retenção das capacitações. “Não dispor de recursos limita não só as alternativas de meios que de fato se tem e de objetivos que deles dependem, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida” (SEN, 2001, p. 13). Além de representar o acesso direto e efetivo a recursos monetários, a literatura apresenta o microcrédito como um “facilitador” no que se refere a outros aspectos em relação à sobrevivência e à vida social dos agentes, expandindo dessa forma outras capacitações não relacionadas diretamente, por exemplo, às facilidades econômicas. Entre os aspectos que podem ser favorecidos através da organização social para o acesso ao microcrédito é possível destacar: flexibilização para a aplicação dos recursos manejados pelas famílias segundo sua lógica de sobrevivência; promoção de oportunidades de ocupação da mão-de-obra e de acesso à educação, inclusive em relação à qualificação profissional; promoção e exigência da participação do usuário do microcrédito, o que acaba por fortalecer a dinâmica do tecido social local; auxílio na geração de autonomia e seletividade na contratação de serviços; integração de serviços financeiros formais às atividades locais; etc (DESER, 2001, p. 21 e 22).

Foram entrevistadas famílias com acesso a três formas de microcrédito no município de Constantina/RS em quatro combinações: o Programa Nacional de Forta-

⁸ Ver Jensen (2000).

⁹ Ver Gasper (2001).

¹⁰ O Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 indica que a média geral por informante do censo em relação ao financiamento da atividade de custeio agrícola é de R\$ 12.930,91 e com relação ao financiamento dos investimentos agrícolas a média é de R\$ 14.163,38.

lecimento da Agricultura Familiar tipo C (custeio e investimento) (Pronaf C) e o Pronaf C em associação com recursos do programa estatal RS Rural; o microcrédito operacionalizado através do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Microsol, microcrédito operacionalizado através do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Na medida em que a literatura não permite a definição de uma faixa de valor monetário em que o microcrédito está enquadrado (o que evidentemente, devido às diferenças em relação a custo de vida, valor de moeda, etc, não seria muito apropriado), procurou-se por programas de financiamento que, em certa medida, se autodenominasse de microcrédito. Em relação ao Pronaf, pode-se dizer que qualquer um dos grupos de agricultores atendidos com esses financiamentos está acessando microcrédito, se comparado ao montante de recursos financiados aos produtores com acesso ao sistema bancário tradicional. O grupo C de produtores foi escolhido por, aparentemente, representar o grupo mais heterogêneo de famílias atendidas. Sendo assim, necessário fosse, identificar o montante de recursos a que corresponde o microcrédito neste trabalho, poderíamos enquadrar essa modalidade financiamento na faixa de R\$ 1,00 a R\$ 4.000,00 em relação ao montante de recursos acessado pelas famílias. Entretanto, mais uma vez alerta-se que foi esta a opção encontrada neste trabalho e não qualquer parâmetro economicamente estimado e estabelecido.

Constantina é um pequeno município gaúcho ao norte do estado. Além de apresentar as quatro formas de combinações de acesso ao microcrédito que se pretende analisar, é um município que apresenta características associadas à ruralidade e à pobreza: baixa produtividade da mão-de-obra; estabelecimentos rurais pequenos (15,17ha em média) e contratação de financiamentos com valor médio baixo (R\$28,05/ha) (SCHNEIDER e WAQUIL; 2000).

Escolhidos o ambiente empírico a ser analisado e a variável focal em análise – neste caso as quatro combinações de acesso ao microcrédito, para a operacionalização da abordagem das capacitações foram sugeridos quarenta funcionamentos em dez grupos de capacitações. Para a coleta de informações foram aplicados 36 questionários em propriedades de agricultura familiar no município.

2 OPERACIONALIZANDO A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

Ao sugerir a operacionalização dos seus conceitos, Sen destaca três abordagens: a abordagem suplementar¹¹, a abordagem indireta¹² e a abordagem direta. Neste esforço

¹¹ A abordagem suplementar “envolve o uso contínuo de procedimentos tradicionais de comparações interpessoais no espaço das rendas, porém suplementando-os com considerações sobre capacitações. ... [a utilização de outras variáveis] podem melhorar o esclarecimento parcial permitido pelas medidas tradicionais no espaço da renda.” (SEN, 2000, p. 103).

¹² “A abordagem indireta [é] mais ambiciosa do que a abordagem suplementar, mas permanece concentrada

de pesquisa foi utilizada a abordagem direta. Ela consiste em examinar diretamente o que é possível perceber a partir do estudo e da comparação dos funcionamentos. Para a comparação entre os funcionamentos é preciso identificar uma variável focal. Esta variável "é aquela que a análise focaliza para comparar pessoas diferentes" (SEN, 2001, p.30).

Este trabalho tem como variável focal a forma de microcrédito acessado pelas famílias. Foram, então, identificadas quatro formas de acesso que, na organização para a análise, originaram quatro matrizes distintas de informações. O quadro a seguir identifica as matrizes formadas em relação à variável focal escolhida.

Quadro 01 - Aspectos gerais das matrizes de análise

Matriz	Tipo de microcrédito acessado	Justificativa
I	Apenas Pronaf C	Recursos monetários liberados pelo Governo federal, sem discussão técnica nem possibilidade de acesso a serviços financeiros e bancários.
II	Pronaf C associado ao RS Rural	Recursos monetários, liberados pelo Governo Federal, associados a recursos materiais liberados por Programa Estadual com assistência técnica, sem possibilidade de acesso a serviços financeiros e bancários.
III	Microcrédito no Sicredi	Recursos liberados que permitem acesso a serviços financeiros e bancários.
IV	Microsol	Recursos liberados que permitem acesso a serviços financeiros e bancários, associados a uma instituição que fornece serviço apenas para a agricultura familiar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao apresentar sua percepção sobre o desenvolvimento como liberdade, Sen apresenta grupos de capacitações por ele denominados de liberdades cruciais: "facilidades econômicas; liberdades políticas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora" (SEN, 2000; p. 11). Teoricamente, a abordagem permite a inclusão de novos grupos de capacitações com o objetivo de perceber o processo de desenvolvimento de acordo com as singularidades de cada situação e da necessidade da percepção de variáveis focais diferentes. Sendo assim, na tentativa de perceber os diversos aspectos que podem estar envolvidos num processo de desenvolvimento no ambiente rural e de verificar a possibilidade de considerar o microcrédito como um instrumento para a

sobre o familiar espaço das rendas, apropriadamente *ajustado*. Informações sobre determinantes de capacitações, *exceto a renda*, podem ser usadas para calcular 'rendas ajustadas'. Por exemplo, os níveis de renda familiar podem ser ajustados para baixo pelo analfabetismo e para cima por altos níveis de instrução, e assim por diante, para torná-los equivalentes em termos de realização de capacitações" (SEN, 2000, p. 104) (Grifos de Sen).

promoção deste processo, foram estabelecidos para esta pesquisa cinco grupos de capacitações, além dos sugeridos pelo autor: características da unidade de produção; sobrevivência; relação com o microcrédito; situação ambiental e projetos e planos.

Para cada funcionamento foram estabelecidas condições de realização, realização parcial e não realização. Essas condições estão associadas a códigos numéricos correspondentes a 1; 0,5 e 0 respectivamente. As famílias tiveram suas informações reunidas em matrizes de acordo com o tipo de microcrédito acessado. A matriz referente aos produtores que utilizam exclusivamente o Pronaf C é composta de 12 famílias. As 11 unidades de produção que têm acesso ao Pronaf C (custeio e/ou investimento) e acesso a recursos do RS Rural compõem a segunda matriz. Os questionários que identificaram acesso a recursos de microcrédito através do Sicredi foram reunidos na terceira matriz do grupo. A matriz reúne informações de 06 unidades de produção¹³. O acesso ao Microsol garante a presença das famílias na quarta matriz, independentemente do acesso a outras formas de recursos. Essa matriz agrega as informações referentes a 07 unidades de produção.

A partir da associação da situação de realização, ou não, do funcionamento ao código numérico proposto, foi possível formar quatro matrizes distintas, de acordo com o tipo de microcrédito acessado pela família (linha/família; coluna/funcionamento). Dispondo as informações dessa forma, de acordo com Comim (2001) é possível trabalhar em dois níveis de agregação – um nível horizontal e um nível vertical. Horizontalmente é possível perceber a situação final de cada família em relação aos funcionamentos identificados. Essas informações indicam o bem-estar realizado da família em relação aos funcionamentos. A percepção vertical indica a realização do funcionamento para o grupo de famílias entrevistadas e o comportamento dos funcionamentos com relação aos grupos de capacitações e aos demais funcionamentos (COMIM, 2001).

A partir daí, foi possível verificar a média associada à realização de cada funcionamento em cada uma das matrizes. Foram identificados 40 funcionamentos distribuídos entre os dez grupos de capacitações. A próxima seção apresenta os resultados obtidos para os dados dos questionários aplicados nesta tentativa de operacionalização da abordagem seniana em relação ao microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural em Constantina.

¹³ O Sicredi preferiu responsabilizar-se pela aplicação dos questionários a seus associados, escolhendo, portanto, os associados que forneceram as respostas, sendo esta uma importante limitação deste trabalho.

3 RESULTADOS OBTIDOS - MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM CONSTANTINA/RS

A apreciação dos dados obtidos na aplicação dos questionários evidenciou a complexidade de uma tentativa de análise que procure combinar aspectos quantitativos e qualitativos de aspectos sócio-econômicos. Entretanto, é preciso considerar, que ainda que diversas críticas possam ser feitas, é possível que este exercício de pesquisa tenha nos aproximado um pouco mais da realidade social.

Em relação à área dos estabelecimentos rurais, foi possível verificar que apenas as propriedades das famílias com acesso ao Pronaf é que apresentam uma área média inferior (14,66 ha) àquela média indicada para o município (15,17ha). As famílias com acesso ao Pronaf C através do Sicredi possuem a maior área média (27,92ha). As famílias com acesso ao Pronaf Associado ao RS Rural e as famílias com acesso ao Microsol apresentaram as seguintes médias de área por estabelecimento, 19,48ha e 17,23ha respectivamente.

Outro aspecto que pode ser destacado é a essencialidade do Pronaf para a manutenção das famílias no campo. Além disso, foi importante perceber que o acesso ao Microsol, não é inçado como uma alternativa ao Pronaf C. Ele é um serviço financeiro que, mesmo não tendo explicitamente esta finalidade, acaba por complementar os recursos disponibilizados pelo Pronaf C. Isso ocorre porque no momento de vencimento da dívida do Pronaf os preços dos produtos normalmente estão baixos e o acesso ao Microsol permite que a família salde a dívida e estoque o produto a fim de vendê-lo no período em que os preços estão mais altos.

Em relação à realização dos funcionamentos propostos é possível verificar que, a partir da amostra, a média em relação ao código associado apresenta o valor 0.69. Ou seja, considerando a "escala" proposta pelo método de análise adotado, todas as famílias conseguem realizar mais da metade dos funcionamentos indicados. Entretanto, a realização dos funcionamentos não é homogênea em relação às matrizes compostas. A tabela a seguir identifica os grupos de capacitações, os funcionamentos, suas condições de realização e a média associada em cada matriz após a tabulação dos dados.

Tabela 01 - Grupos de capacitações, funcionamentos e médias associadas aos funcionamentos em cada matriz

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra-chave	Código numérico associado à condição de realização			Média do funcionamento ¹			
			1,00	0,50	0,00	M I	M II	M III	M IV
1) Características da unidade de produção Familiar	Caracteriza a unidade de produção e verifica o êxodo na propriedade	F1 - Mão-de-obra	Não há necessidade de contratação de mão-de-obra externa.	Mão-de-obra familiar é ineficiente.	Mão-de-obra contratada supera a mão-de-obra familiar.	0,75	0,82	0,75	0,79
		F2 - Convivência	Filhos do núcleo familiar predominante ² ainda residem no estabelecimento rural de produção.	Alguns filhos do núcleo familiar predominante já saíram do estabelecimento rural.	Os filhos não estão mais no estabelecimento rural.	0,67	0,50	0,67	0,71
2) Sobrevivência	Identifica funcionamentos que garantem a manutenção biológica da família	F3 - Alimentação	A alimentação da família é considerada muito boa e sem problemas.	Alimentação da família é considerada regular c/ou tem algum problema.	Alimentação da família é considerada insatisfatória e com problemas.	0,67	0,82	0,83	1,00
		F4 - Subsistência	Apresenta diversidade de produtos para a subsistência igual ou acima da média da amostra ³ .	Apresenta diversidade de produtos abaixo da média da amostra.	Ausência de produção de subsistência.	0,83	0,86	0,67	0,86
		F5 - Água	Acesso à água dentro da residência ⁴ .	Acesso à água fora da residência.	A família não tem acesso à água no estabelecimento ⁵ .	1,00	1,00	1,00	1,00
		F6 - Saneamento básico	Acesso à rede pública de esgoto.	Sem acesso a rede pública de esgoto, com tratamento dos resíduos.	Esgoto sem tratamento.	0,42	0,45	0,50	0,43
		F7 - Residência	A residência acomoda sem problemas os membros da família.	A residência apresenta problemas de acomodação.	1,00	0,73	0,83	0,86

continua...

¹ M I - Famílias com acesso apenas ao Pronaf C;

M II - Famílias com acesso ao Pronaf C e a recursos do Programa RS Rural;

M III - Famílias com acesso ao microcrédito no SICREDI;

M IV - Famílias com acesso ao Microsol.

² O núcleo familiar predominante é aquele em que há um maior número de membros ligados por laços diretos de 1ª geração (pais e filhos).

³ A média de tipos de produtos produzidos no estabelecimento rural declarado pelos entrevistados foi de 7 produtos.

⁴ Residência é entendida aqui como a estrutura de moradia do núcleo familiar predominante.

⁵ Estabelecimento refere-se ao total de área da unidade de produção.

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização			Média do funcionamento ¹				
			1,00	0,50	0,00	M.I	M.III	M.IV		
3) Liberdades Políticas	Procura perceber as formas de participação política	F8 - Eleições	Todos os membros da família em idade de votação participaram das eleições.	Alguns membros da família não tiveram condições e/ou não quis participar de alguma das eleições.	0,00	1,00	0,95	0,92	1,00	
		F9 - Política geral	Membros da unidade de produção têm participação ativa nas instituições locais.	-----	-----	1,00	1,00	0,67	1,00	
		F10 - Participação feminina	As mulheres da família têm participação ativa em alguma instituição.	-----	-----	0,92	0,73	0,17	0,86	
	4) Facilidades Econômicas	Associado às oportunidades de utilizar recursos econômicos	F11 - Sust. Produção	O custo dos insumos da produção agropecuária da propriedade não excede o valor da produção comercializada.	-----	-----	0,92	0,82	1,00	0,71
			F12 - Sust. Unidade Produtiva	O total das entradas monetárias na unidade de produção é igual ou superior ao custo de manutenção total da unidade produtiva.	-----	-----	0,92	0,82	0,67	0,71
			F13 - Comercialização	Acesso a mais de duas formas de comercialização da produção familiar.	Acesso a duas formas de comercialização da produção.	0,38	0,45	0,58	0,93	
		F14 - Bens duráveis	A família tem na residência a maioria dos bens duráveis - de 6 a 8 bens.	A família tem na residência de 4 a 5 dos bens duráveis	0,79	0,91	1,00	1,00		
		F15 - Máquinas e equipam.	A família tem máquinas e equipamentos suficientes para sua atividade produtiva.	A família necessita da utilização de máquinas e equipamentos de terceiros.	0,88	0,91	0,92	0,86		
		F16 - Microcrédito	Mais de uma pessoa (s) tem acesso a programas de microcrédito.	Apenas um membro da família tem acesso ao microcrédito.	0,92	0,77	0,83	0,64		

continua...

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização			Média do funcionamento ¹			
			1,00	0,50	0,00	M.I	M.III	M.IV	
5) Relação com o microcrédito	Procura identificar a influência do micro crédito na realização de funcionamentos	F17 - Serv. bancários	A família tem acesso a outras instituições financeiras que não aquelas que operacionalizam o microcrédito.	-----	0,00	0,58	0,45	0,33	0,57
		F18 - Serv. bancários novos	O acesso ao microcrédito garantiu à família acesso a novos serviços bancários.	-----	-----	0,33	0,64	0,17	0,14
		F19 - Novos funcionamentos	Os recursos obtidos através do microcrédito foram utilizados para a realização de funcionamentos.	-----	-----	1,00	1,00	1,00	1,00
		F20 - Empregos fora	Algum(ns) morador(es) da unidade produtiva tem emprego regular fora da unidade de produção.	-----	-----	0,17	0,00	0,17	0,00
		F21 - Inovação	A família introduziu algum tipo de inovação nos últimos dois anos.	-----	-----	0,67	0,64	0,33	0,43
		F22 - Educação	Membros da família em idade escolar estudam regularmente.	-----	-----	1,00	1,00	1,00	1,00
6) Oportunidades sociais	Identifica as condições e as percepções da família em relação a oportunidades sociais	F23 - Saúde	Família tem boa saúde (sem casos de doenças graves no último ano).	-----	-----	0,75	0,45	0,83	0,64
		F24 - Percepção saúde	Família com acesso muito bom a serviços de saúde.	Família com acesso satisfatório a serviços de saúde.	0,63	0,55	0,67	0,50	
		F25 - Transporte	Membros da família com acesso a mais de um meio de transporte diário.	Membros da família com acesso a um único meio de transporte diário.	0,83	0,64	0,92	0,93	
		F26 - Percepção transporte	Família com acesso muito bom a serviço de transporte.	Família com acesso satisfatório a serviço de transporte.	0,75	0,41	0,67	0,57	

continua...

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização		Média do funcionamento ¹				
			1,00	0,50	M I	M III	M IV		
		F27 - Informação	Os membros da família têm possibilidade de acesso a mais de dois dos meios de acesso à informação citados no questionário ⁶ .	Os membros da família têm possibilidade de acesso a um ou dois dos meios de acesso à informação.	0,00	0,58	0,73	0,75	0,79
7) Garantia de transparência	Procura perceber a qualidade das interações sociais	F28 - Percepção lazer	Família com acesso muito bom ao lazer.	Família com acesso satisfatório a serviço ao lazer.		0,58	0,64	0,67	0,57
		F29 - Instituições	Apresenta relações com um número de instituições locais acima da média da amostra ⁷		0,58	0,64	0,83	1,00
		F30 - Confiança local	A família nunca teve problema com instituições locais.		0,83	0,64	1,00	1,00
8) Segurança protectora	Refere-se a oportunidades existentes no caso da ocorrência de alguma situação de emergência	F31 - Seguro	A família contrata algum tipo de seguro (vida, moradia, produção etc)		0,67	0,18	0,67	0,29
		F32 - Receber ajuda	A família recebe mais de um tipo de ajuda em caso de necessidade ⁸ .	A família recebe pelo menos um tipo de ajuda em caso de necessidade.		1,00	1,00	1,00	1,00
		F33 - Dar ajuda	A família costuma dar ajuda quando solicitada por indivíduos ou outras famílias.		1,00	1,00	1,00	1,00
9) Situação ambiental	Identifica ações que reduzem ou impedem a degradação ambiental.	F34 - Cuidado ambiental	Durante a produção são realizados cuidados com o meio ambiente.		1,00	1,00	1,00	1,00
		F35 - Educação ambiental	Algum membro da família teve acesso a eventos que discutiram o problema ambiental (produção, residência, desenvolvimento rural sustentável, etc).		0,17	0,27	0,50	0,29

continua...

⁶ As famílias eram questionadas quanto o acesso aos seguintes meios de informação: televisão, rádio, jornais, revistas e possibilidade de acesso a Internet.

⁷ Em média foram citadas 3 instituições nos questionários.

⁸ As famílias eram questionadas quanto a receber ajuda: das demais famílias da comunidade, de alguma instituição governamental ou de alguma instituição não-governamental.

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização		Média do funcionamento ¹				
			1,00	0,50	M I	M III	M IV		
		F36 - Separação lixo	Unidade de produção realiza separação do lixo.	0,00	0,17	0,27	0,33	0,29
		F37 - Combate prob. ambient.	Possibilidade de saneamento de problema ambiental percebido na propriedade.		0,00	0,00	0,33	0,14
10) Projetos e Planos	Identifica aspirações e expectativas das famílias.	F38 - Planos e projetos	A família tem planos e projetos para mudanças futuras na forma de viver ou produzir.		0,50	0,45	0,83	0,43
		F39 - Permanência jovens	Jovens têm a opção de permanecer na propriedade e não querem.	Jovens têm a opção de permanecer na propriedade e não querem.		0,58	0,36	0,50	0,51
		F40 - Novos financiamentos	Há planos de realizar novas operações de microcrédito.		0,75	0,64	0,83	1,00
						12	11	10,6	0,7

Questionários aplicados

¹⁴ Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio 2003¹⁴.

¹⁴ Um maior detalhamento sobre os dados apresentados nesta tabela geral pode ser obtido em Kithm (2003).

De uma maneira geral, a análise em relação aos funcionamentos e aos grupos de capacitações pode demonstrar a complexidade envolvida na análise de um processo de desenvolvimento rural. As médias gerais, em relação à reunião dos 40 funcionamentos foram, respectivamente para as matrizes I, II, III e IV, as seguintes: 0,70; 0,65; 0,71; 0,71. Entretanto, por exemplo, em relação ao grupo de capacitações relacionado à situação ambiental pode-se perceber mais afinidades qualitativas entre as matrizes II e IV do que entre a III e a IV. Mesmo que as médias gerais possam não apresentar diferenças significativas entre as matrizes, a análise dos grupos de capacitações permite perceber diferenças qualitativamente importantes mesmo em relação às médias dos códigos associados.

Quanto ao primeiro grupo de capacitações é possível perceber que a matriz II, formada pelas famílias com acesso ao Pronaf e ao RS Rural, é a que apresenta a maior média em relação ao funcionamento que identifica a utilização de mão-de-obra familiar. Isso significa que essas famílias são as que menos utilizam o trabalho externo para a produção. Ao mesmo tempo em que se poderia considerar que estas famílias conseguem manter a produção, é possível perceber que talvez essa manutenção da produção exclusiva aos membros da família ocorra devido à falta de recursos para a remuneração da mão-de-obra externa. São estas mesmas famílias que apresentam a média de código associada mais alta para o êxodo dos filhos (as) das propriedades. A associação entre a carência de recursos e a não contratação de mão-de-obra pode indicar um grande esforço de trabalho em relação à família que precisa produzir “sozinha”, o que pode ser um fator responsável por esse êxodo.

Em relação ao grupo de capacitações sobrevivência foi possível verificar que todas as famílias valorizaram como uma vantagem sobre as famílias moradoras da zona urbana o fato de produzirem parte do seu alimento. A maior variedade de produtos produzidos na própria propriedade foi encontrada nas famílias com acesso ao Pronaf associado ao RS Rural e nas famílias com acesso ao Microsol.

Em termos de liberdade política, pode-se perceber a participação das famílias principalmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município e nas instituições religiosas. A participação feminina ainda não é reconhecida em muitas famílias a partir de um questionamento específico.

O quarto grupo de capacitações procurava identificar as facilidades econômicas. Neste grupo foi evidenciada a importância da diversificação das formas de comercialização da produção agropecuária. A matriz IV, das famílias com acesso ao Microsol, indica a maior diversificação. Esse resultado está, mais uma vez, indicando a importância de um instrumento de crédito desburocratizado capaz de complementar o Pronaf. Devido às razões já citadas anteriormente (por exemplo, a possibilidade de armazenar a safra para vender em ocasiões de preços mais altos) o acesso ao Microsol permite que as unidades de produção efetuem o pagamento de dívidas que poderiam significar uma retenção clara

de capacitações quanto à liberdade de escolha em relação à comercialização da produção. Uma situação comum na matriz I – produtores com acesso apenas ao Pronaf C – ilustra bem essa “retenção”. Esses produtores dependem muitas vezes da entrega da sua produção para intermediários que agem como “emprestadores informais”. Durante o ano, a família tem acesso a diversos gêneros alimentícios e na época da colheita entrega parte do produto, às vezes todo, como pagamento da dívida adquirida ao longo do ano. Essa relação reduz a liberdade para a comercialização de cada unidade familiar, tanto no sentido de venda da produção como na aquisição de outros produtos no mercado. Ela pode ser considerada como uma forma de dependência em relação a preços pagos e cobrados pelos agricultores familiares.

Em relação ao microcrédito especificamente, o quinto grupo de capacitações evidenciou que o acesso a esta forma de financiamento representou, em muitos casos, o acesso a novos serviços bancários. Além disso, foi possível perceber que o microcrédito foi importante para a realização de outros funcionamentos.

No grupo de funcionamentos que procurava refletir a situação das oportunidades sociais foi interessante perceber que a noção de inovação das famílias ia além da noção de aquisição de máquinas e equipamentos. Foram indicadas inovações relacionadas à utilização de formas agroecológicas de produção. Sendo esta uma região grande produtora de grãos, entre as inovações também foram indicadas a introdução da produção de soja orgânica e a introdução da soja transgênica.

Em relação às garantias de transparência, grupo de capacitações 7, é possível identificar o acesso das famílias a uma diversidade de instituições, inclusive pela história de atuação dessas instituições no município.

O oitavo grupo de capacitações, segurança protetora, procurou verificar a situação das famílias com relação a possibilidade de prevenção contra eventuais casos de emergência e, no caso de alguma ocorrência, a possibilidade de confiar no recebimento de algum tipo de ajuda, bem como oferecer ajuda. Em relação ao acesso à contratação de seguro, pode-se perceber que um dos seguros mais comuns nas famílias é aquele associado ao Programa Troca-Troca de Semente de Milho do governo estadual. Quanto a dar e receber ajuda em situações emergenciais, o laço principal de solidariedade é o existente entre as famílias da comunidade. Entretanto, a comunidade atende ao chamamento das instituições, especialmente as municipais, para a prestação de serviços comunitários¹⁵.

O penúltimo grupo de capacitações procura verificar a realidade das unidades de produção em relação aos cuidados com o meio ambiente durante o processo produtivo

¹⁵ Por ocasião do período de pesquisa de campo para este trabalho, a comunidade estava atendendo um chamamento para a prestação de serviço voluntário na construção de um hospital regional que deve ser sediado no município. Além do trabalho físico de construção do prédio, que deverá abrigar o hospital, as famílias deverão contribuir com recursos monetários através da “associação” ao hospital.

e o acesso à educação ambiental. Todas as famílias apresentaram algum tipo de cuidado com o meio ambiente na realização das suas práticas produtivas.

O décimo grupo de capacitações, referente a projetos e planos, identifica as perspectivas das famílias em relação ao futuro. De uma maneira geral, a permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade é mais uma vontade dos pais do que um plano dos jovens.

Através do panorama geral apresentado é possível perceber a relação entre alguns aspectos importantes que precisam ser considerados. Além dessa análise geral, é possível atentar especificamente para a variável focal que permitiu a comparação entre as famílias. A tabela a seguir identifica a influência específica do microcrédito para a realização dos funcionamentos.

Tabela 02 - Influência* do microcrédito nos grupos de capacitações

Grupo de capacitações	% das famílias da matriz que indicaram que o microcrédito influencia no grupo de capacitações			
	I - Pronaf C	II - Pronaf C e RS Rural	III - Microcrédito Sicredi	IV - Microsol
01) Características da unidade familiar	0,00	0,00	0,00	0,00
02) Sobrevivência	2,38	16,36	3,33	11,43
03) Liberdades políticas	16,67	27,27	5,56	42,86
04) Facilidades econômicas	38,89	40,91	36,11	40,48
05) Relação com o microcrédito	41,67	57,58	44,44	38,10
06) Oportunidades sociais	2,78	2,02	0,00	6,35
07) Garantias de transparência	8,33	27,27	16,67	42,86
08) Segurança protetora	0,00	0,00	5,56	4,76
09) Situação ambiental	0,00	29,65	12,50	33,33
10) Projetos e planos	41,67	36,36	17,86	52,38

* Influência declarada pelo entrevistado em questões específicas do questionário.

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

A matriz I, das famílias com acesso ao Pronaf C, não apresentou a influência do microcrédito em dois grupos de capacitações (além do primeiro grupo que não foi influenciado em nenhuma matriz): segurança protetora e situação ambiental. Ao mesmo tempo em que se pode apontar que a influência com relação ao grupo de segurança protetora é nula ou bastante baixa nas outras três matrizes, é possível conhecer uma situação adversa a essa com relação ao grupo de capacitação situação ambiental. Especialmente no caso do RS Rural, é possível perceber uma clara relação entre o acesso aos recursos e a educação ambiental.

Em relação às famílias com acesso ao Pronaf associado ao RS Rural é possível perceber que há uma influência significativa em relação ao grupo de capacitações de projetos e plano. Essa relação assume uma dimensão importante quanto percebemos que

essa é a matriz em que há ainda a média associada mais baixa com relação ao funcionamento 02 que indica o êxodo na família. Ainda que não se possa considerar que qualquer membro da família tenha permanecido na propriedade devido ao acesso ao microcrédito, é possível perceber que o microcrédito pode ser um fator de permanência e da reorganização produtiva da propriedade.

Na matriz III foi encontrada a menor média de influência percentual em relação aos grupos de capacitações – 14,20%. Sendo assim, é preciso considerar que, sendo essas as famílias que possuem a média de área mais alta, possivelmente outros instrumentos são mais adequados para aumentar as possibilidades de expansão das capacitações para essas famílias.

As famílias com acesso ao Microsol formaram a única matriz que apresentou influência do microcrédito em todos os grupos de capacitações. Pode-se perceber que o microcrédito foi um instrumento para a realização de funcionamentos nos grupos que vão além daqueles relacionados diretamente com os recursos monetários.

A análise das informações referente às famílias com acesso ao microcrédito nas diferentes formas pesquisadas permite confirmar que há uma diferença em relação à influência nos grupos de capacitações. Não se trata aqui de qualquer tentativa que pretenda indicar uma “melhor” forma de acesso. Simplesmente, salienta-se que é possível perceber que grupos sociais com características diferenciadas devem ter acesso a formas diferenciadas de políticas públicas. É preciso perceber as necessidades das famílias, perceber que grupos de capacitações são os “mais retidos” para, a partir daí, compreender as possibilidades de utilização de um instrumento como o microcrédito para a expansão das capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreender o processo de desenvolvimento, em bases mais amplas do que aquelas que durante muito tempo confundiram crescimento econômico com desenvolvimento, é ainda um esforço que carece de mais exercícios tanto teóricos como práticos. O objetivo deste artigo foi o de, em linhas gerais, identificar ao leitor um dos “caminhos” de análise que pode representar uma opção em um quadro teórico que se aproxime um pouco mais do cotidiano social. Entretanto, convém alertar que este não pode ser considerado um exercício simples.

Durante muito tempo o “fazer ciência” esteve atrelado à busca de relações lineares. A busca pela compreensão da realidade social exige um exercício de reflexão e pesquisa que tente escapar da fragmentação disciplinar, que durante muito tempo, imperou nos escritos “científicos”. Mesmo que a análise feita neste trabalho e a abordagem sugerida,

e utilizada como método, ainda não seja capaz de refletir toda a heterogeneidade que se pretendia contemplar, é certo que ela aproxima-nos um pouco mais da embaraçada realidade social.

Em Constantina/RS, foi possível perceber que o microcrédito ofertado às famílias ocupadas na atividade agrícola pode ser utilizado como um instrumento que integra os esforços de implantação de processos de desenvolvimento. Nas quatro combinações descritas foi possível perceber a influência do microcrédito como um fator de expansão das capacitações das famílias. Além disso, foi possível evidenciar que famílias com acessos a formas diferenciadas de microcrédito apresentam distinta influência nos grupos de capacitações. Sobre o microcrédito em Constantina/RS ainda é preciso salientar que as quatro combinações apresentadas não encerram as formas de acesso a um pequeno montante de recursos monetários. No município existem, por exemplo, pequenos comerciantes intermediários e o acesso a uma modalidade que, fosse o caso, poderia ser classificada como microcrédito, nas cooperativas de produção com a finalidade principal de aquisição de insumos e equipamentos.

Possivelmente, as famílias da matriz I poderiam obter uma situação melhor em relação ao processo de desenvolvimento rural caso pudessem participar mais do processo de obtenção dos recursos e tivessem oportunidade de desenvolver com a instituição financeira uma melhor relação de confiança. Quanto às famílias da matriz II, com acesso ao Pronaf e a recursos do RS Rural é possível perceber a importância significativa do microcrédito na realização dos funcionamentos. Essas famílias foram as que apresentaram condições materiais mais precárias para a manutenção da sobrevivência da família e a influência do microcrédito pode ser percebida de forma significativa nos grupos de capacitações. O microcrédito permitiu inclusive a realização de funcionamentos não realizados em outras unidades de produção familiar, como no caso da situação ambiental.

As famílias da matriz III, com acesso ao microcrédito através do Sicredi, mostraram uma situação interessante quanto à realização dos funcionamentos. Ainda que os funcionamentos referentes à renda e à aquisição de bens duráveis e máquinas tenham apresentado uma realização mais frequente em relação às demais matrizes, ao considerarmos outros aspectos, especialmente com relação à participação feminina, a situação de desenvolvimento dessas famílias precisa ser analisada com mais atenção.

Em relação às famílias com acesso ao Microsol é preciso evidenciar a inovação institucional representada pelo Sistema Cooperativo de Crédito Solidário - Sistema Cresol. A forma de operacionalização do microcrédito tem aparentemente atendido às necessidades das famílias que acessam a esse recurso e contribuído na expansão de todos os grupos de capacitações.

Como sugestão de pesquisa é possível imaginar a variação dos resultados apresentados a partir da utilização de outras variáveis focais (as diferenças de grupos capacitários

e da realização de funcionamentos num mesmo ambiente com relação a gênero; por exemplo) ou da aplicação dessa mesma variável focal - forma de acesso ao microcrédito - em outras regiões ou no ambiente urbano. Poder-se-ia esperar que num ambiente urbano, onde a produção de alimentos no núcleo familiar é quase inexistente, o microcrédito aparecesse como elemento fundamental para a manutenção do acesso aos alimentos.

A realização dos funcionamentos e a expansão das capacitações podem ser influenciadas, e mais ainda, aumentadas pelas diferentes políticas públicas. Da mesma forma, é preciso conhecer o público que se pretende atingir, pois o próprio resultado da política corresponde ao uso efetivo das capacitações participativas destes agentes.

REFERÊNCIAS

- COMIM, Flávio. *Operationalizing Sen's Capability Approach*. Texto preparado para a conferência: Justice and poverty: examining Sen's Capability Approach, Cambridge. Junho 2001. Disponível < <http://www.stedmunds.cam.ac.uk/uhi/sen/papers/comin.pdf> >. Acesso em 14 out. 2002.
- DESER. Pobreza rural, microfinanciamento e construção de cidadania. *Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*. Ano 1. Nº 1. 2001.
- GASPER, Des. *Is the Capability Approach an adequate basis for considering human development?* Disponível < <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/senprogram1.html> >. Acesso em 03.jun.2002.
- IBGE. *Censo Agropecuário 1995/1996*. Rio de Janeiro. 1998.
- JENSEN, Hans E. *Amartya Sen as a Smithesquely Worldly Philosopher: or who needs sen when we have Smith?* Disponível < <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/jensen.pdf> >. Acesso em 03.jun. 2002.
- KÜHN, Daniela D. *O microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS: A abordagem seniana de desenvolvimento*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
- SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. *Crítica metodológica e tipologia dos municípios gaúchos com base em indicadores sócio-econômicos*. Relatório de Consultoria Técnica. Relatório. 2000.
- SEN, Amartya Kumar. O desenvolvimento como expansão das capacitações. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo: CEDEC, n. 28, 1993.
- _____. *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- _____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- _____. Sobre conceptos y medidas de pobreza. *Comércio Exterior*. v. 42; n4. México. Abril de 1992.

_____. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Ática. 2000.

Recebido para publicação em 20/07/04

Aceito para publicação em 04/11/04